

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **A experiência de autogoverno zapatista em questão.**

Cassio Brancaleone.

Cita:

Cassio Brancaleone (2009). *A experiência de autogoverno zapatista em questão. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2207>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# A experiência de autogoverno zapatista em questão

**Cassio Brancaleone**\*

## I. Introdução

*História, velha toupeira, você fez um bom trabalho!*

Rosa Luxemburgo

O conteúdo da reivindicação zapatista, celebrado nas palavras de ordem “democracia, liberdade e justiça”, é visceralmente moderno, enraizado no tema politicamente universalizado da *dignidade humana*, evocando o periclitante e insone espectro do assim entendido “projeto inconcluso da modernidade”. Fruto de velhas e novas condições e processos sociais, contradições sistêmicas e conjunturais, o zapatismo vem à luz como um daqueles tipos de *fenômenos-coringa*, capazes de condensar em si os variados aspectos do que é ascendente e decadente, nascente e poente, superficial e subterrâneo, evidenciando pistas sugestivas de múltiplas tendências sociais em movimento. Com isso nos adverte que a história, como a velha toupeira, ainda é capaz de pregar peças. Além do mais, sua especificidade remete a um certo *topos*, muitas vezes ignorado ou

---

\* Doutorando em sociologia pelo IUPERJ e bolsista do CNPq. Email: [cassiobrancaleone@iuperj.br](mailto:cassiobrancaleone@iuperj.br).

sublimado, de uma dada região da modernidade que reivindica seu direito à fala: a modernidade (pós)colonial e periférica.

Este artigo, ainda que aborde sumariamente elementos históricos e sociológicos que expliquem parcialmente o surgimento do EZLN, e sua especificidade como movimento camponês-indígena, pretende dirigir suas reflexões sobre fenômeno zapatista no sentido de tornar mais inteligível um acontecimento relativamente recente: o nascimento dos chamados *Caracóis*, das *Juntas de Bom Governo* e a culminante reorganização das *municipalidades rebeldes* no bojo da realização do *projeto de autonomia e autogoverno* defendido pelo EZLN.

## II- “Soldados para que não mais existam soldados?”: o EZLN

O EZLN nasceu como órgão militar das “Forças de Libertação Nacional” (FLN), movimento armado marxista-leninista estabelecido em Chiapas que pretendia organizar núcleos revolucionários em todos os estados do país e preparar-se para o momento em que houvesse condições maduras para a realização de uma revolução de tipo anti-imperialista. Para tanto, um pequeno grupo de guerrilheiros instalou-se no interior da selva Lacandona, Chiapas, para iniciar ali operações militares, em 1983.

Por uma série de razões, quase todas as “células” das FLN foram descobertas e desbaratadas ao longo dos anos 1970 e 1980. O núcleo de Chiapas foi um dos únicos que resistiu à política de contra-insurgência do governo. Foram 10 anos de treinamento e intenso contato com as comunidades indígenas locais, até o levante armado, ocorrido em 1º de janeiro de 1994, que tomou as sedes dos municípios de San Cristóbal de las Casas, Ocosingo, Altamiro, Chanal, Oxchuc, Huixtán e Las Margaritas, exatamente no primeiro dia de vigência do ingresso do México no TLCN. O trabalho político e organizativo do EZLN foi sistemático e progressivo: de poucas dezenas de milicianos, chegaram ao contingente de alguns milhares de homens e mulheres em armas.

No momento do levantamento de 1994, as FLN praticamente inexisteriam como força política, e o EZLN já havia se convertido em uma organização político-militar independente das diretrizes e dos mandos das FLN. E mais: a incorporação de populações indígenas com um particular histórico de luta em suas fileiras, algumas delas envolvidas anteriormente em organizações *ejidales* e comunitárias fundadas e apoiadas por ativistas maoístas e catequistas da teologia da libertação, que foram para a região nos anos 1960 e 1970, produziu um impacto profundo que transmutou muitas das concepções táticas e programáticas de revolução do EZLN, dialetizando materialismo histórico, cristianismo popular e cosmologia maia.

Depois de 12 dias de confronto com o exército mexicano, o próprio governo federal declarou o cessar fogo unilateral em virtude da massiva manifestação da sociedade civil nacional e internacional contra o que se tornaria uma verdadeira guerra de extermínio contra as comunidades indígenas. Os mexicanos se pronunciaram nas ruas contra o conflito armado, ao mesmo tempo em que se colocavam favoráveis às demandas zapatistas. Os zapatistas descobriram na sociedade civil um espelho e um aliado que desde então influenciaria toda a elaboração político-estratégica do EZLN.

Um espelho porque, através das dinâmicas de aproximação com a sociedade civil, os zapatistas tiveram condições muito favoráveis para dar seguimento ao processo de reelaboração de seu programa de revolução (iniciado a partir do contato com o ativismo indígena preexistente na selva) e de auto-reconhecimento. Se os zapatistas tiveram êxito em seu processo de constituição auto-consciente como coletividade *indígena* em armas e em rebeldia, e não somente camponesa e proletária, contra o governo mexicano, isso se deve pela natureza do vínculo que foi possível estabelecer com a sociedade civil nacional e internacional. Essa mesma sociedade civil, constituída por uma profusão de organizações, coletivos e mesmo indivíduos, se tornou ao mesmo tempo um aliado incondicional da luta zapatista, disponibilizando não apenas sua palavra em defesa das comunidades indígenas rebeldes, mas legitimando todo o processo de configuração do que viria a se tornar as *autonomias* através de apoio de várias ordens, como recursos, trabalho e conhecimentos especializados, canalizados para as áreas e as populações onde o conflito se manifestou, produzindo uma verdadeira sinergia que se converteria materialmente na formação dos municípios autônomos como os conhecemos atualmente.

Deste modo, o EZLN se estabeleceu ao redor de um grande grupo de comunidades indígenas no interior de Chiapas, até então tomadas unicamente como “bases de apoio” para a reprodução e manutenção de sua estrutura militar, e junto a elas organizou o que passou a denominar por “municipalidades rebeldes”, com novas fronteiras territoriais e governos civis autônomos paralelos aos governos dos municípios oficiais. E a partir de 2003 os militares rebeldes decidiram se afastar definitivamente de todos os postos ocupados na estrutura dos governos indígenas. A autonomia, que aparecia timidamente nas primeiras declarações zapatistas, veio a se tornar o princípio organizador das relações de poder no território insurgente, e logo em seguida, sua própria pedra angular.

É importante ressaltar o significado do afastamento dos militares zapatistas das funções civis de governo, bem como da tarefa de vigilância dos princípios zapatistas, como um valioso esforço do núcleo dirigente do EZLN (no caso, o CCRI<sup>1</sup>, “Comitê Clandestino Revolucionário Indígena” – Comando Geral) em estimular um processo auto-organizativo que possa ser conduzido a partir das próprias comunidades. Por outro lado, há de se considerar as especificidades do EZLN, para além do seu núcleo militar. Como herdeiro da estrutura das FLN, o comando geral e os CCRI’s são principalmente organismos políticos, que possuem importante função dirigente e ideológica. Ora, para complexificar a questão, sabe-se que muitos dos comandantes zapatistas não são militares, e nem mesmo se formaram militares, e foram recrutados na condição de expressivas lideranças indígenas em suas regiões. Daí uma contradição visível, e de algum modo constatável pelos próprios zapatistas: ainda que as JBG’s possuam a tarefa de *vigiar* os princípios zapatistas em território rebelde, elas o fazem baixo a *ascendência moral* dos CCRI’s e do comando geral do EZLN, e mais especialmente, do próprio Subcomandante Marcos.

### **III- Os *Caracóis*, as *Juntas de Bom Governo* e a *reorganização dos Municípios Autônomos: rumo à “autonomia de fato”***

No dia 8 de agosto de 2003 o EZLN anunciou o sepultamento dos *Aguascalientes* e o nascimento dos *Caracóis*. Os festejos fúnebres e natalícios, imersos em muito simbolismo, duraram

---

<sup>1</sup> É importante não perder de vista que as zonas onde se situavam os *Aguascalientes*, e agora os *Caracóis*, coincidem com a área de abrangência dos comandos político-militares do EZLN (há um Comitê Clandestino Revolucionário Indígena instalado em cada uma dessas regiões).

três dias no município rebelde de Oventik, em Chiapas. Os *Aguascalientes* representavam espaços de interlocução entre as municipalidades rebeldes e a sociedade civil, e ao converter-se em *Caracóis*, não só mudaram de nome, mas também de funções e de estrutura. Entre as principais transformações inseridas nessa passagem para uma “fase superior de autonomia”, podemos destacar as seguintes: mudanças na organização interna desses espaços, deixando de ser um “movimento” para converter-se em uma estrutura com membros afiliados; definição mais clara de direitos e obrigações de seus membros e a natureza das relações entre os órgãos das estruturas civil e político-militar; estabelecimento de um novo nível de autoridade nos governos autônomos: a *região autônoma*; constituição das *Juntas de Bom Governo* (JBG) como estruturas para a vigilância do “bom governo” das entidades autônomas zapatistas e como instâncias civis para a representação e negociação, interna e externamente; e definição de competências e atribuições dos órgãos de governo das entidades autônomas zapatistas (comunidade, município, e região). Pelo lado das mudanças mais externas, foram redefinidas as regras de relação com “as sociedades civis” nacional e internacional e com as comunidades e organizações sociais de seu entorno.

Cada *Caracol* passou a abranger uma certa delimitação territorial composta por um número específico de municípios rebeldes. Estes, que já praticavam formas de autogovernos inspiradas em mecanismos de democracia direta, como o mandato imperativo de conselhos, batizado pelos zapatistas como “mandar obedecendo”, integrariam um *Caracol* através de delegados enviados a sua respectiva JBG. A nova configuração, além de acentuar as funções dos MAREZ na condução da administração da justiça, da saúde comunitária, da educação, da habitação, da terra, do trabalho, da informação e da cultura, da produção, do comércio e do trânsito local, possibilitou a edificação de uma instância de articulação regional que cumpriria funções exclusivas de *coordenação* de tarefas partilhadas por um certo número de MAREZ e passariam a zelar pela vigilância dos princípios zapatistas (muitos contidos nas leis revolucionárias, outros em constante elaboração nos seus fóruns, assembléias e encontros internos<sup>2</sup>), papel antes reservado ao Comando do EZLN, que se passaria a se colocar como força de autodefesa a serviço das comunidades.

Cada região autônoma zapatista passaria a contar com três níveis de governo civil: o *regional*, com uma JBG; o *municipal*, integrado por um Conselho Autônomo de um MAREZ, e o *comunitário*, com representantes das “comunidades em resistência”. Mas com a especificidade de que os representantes regionais operam como estruturas coordenadoras, municiado pelas deliberações e

---

<sup>2</sup> Em 2008 por exemplo, quando da minha estadia na região do *Caracol* de La Garrucha, os zapatistas estavam formulando sua lei de educação e produzindo um novo estatuto sobre a ocupação das terras recuperadas em 1994.

decisões emanadas dos municípios e comunidades. Quanto ao ponto, é perceptível a preocupação dos zapatistas integrantes das *Juntas* em manter em máximo funcionamento um bom nível de capilaridade com as comunidades e os municípios.

O número de membros das *Juntas* variam em cada *Caracol*, de acordo com suas particularidades. Eleitos para mandatos de 3 anos, revogáveis a qualquer instante por pedido de representação das comunidades ou municípios, sem receberem nenhum soldo, os membros das *Juntas* turnam suas atividades entre si, alternando seu tempo entre o trabalho no *Caracol* e o trabalho (doméstico e produtivo) em sua comunidade de origem. O que garante a permanência de um zapatista em uma *Junta* ou conselho municipal é o esforço colaborativo de sua comunidade ou município, seja enviando alimentos, animais, pequenas contribuições em dinheiro para a locomoção, seja trabalhando sua parcela de terra durante a ausência em período de plantio e colheita. A família de um zapatista conselheiro também cumpre um papel fundamental nesse processo de dispensa temporária das atividades produtivas e domésticas, e geralmente, quanto maior o núcleo familiar, maior a capacidade de dispensar um ou mais de seus membros para tarefas de organização política.

Nas *Juntas* também se organizam comissões de educação, saúde, justiça, questões agrárias, comunicação, etc, e muitos zapatistas quando nessas funções recebem uma formação especial por parte de membros do EZLN, bem como por ativistas da sociedade civil que se dedicam a projetos de capacitação. Hoje, muitas comissões já são capazes de conduzir a formação de seus novos quadros.

As áreas de educação e saúde mereceram um cuidado muito especial por parte dos zapatistas. Quase toda comunidade possui sua escola primária, com seu promotor de educação. Nos municípios e nos Caracóis, nos últimos anos já começaram a aparecer as primeiras escolas de segundo nível, bem como clínicas de saúde com significativa estrutura. Os promotores de educação e saúde geralmente são jovens zapatistas que recebem formação especial e dedicam parte de seu tempo a essas atividades, mas nunca abandonando o trabalho na terra, ainda que apoiados por suas comunidades quando existe alguma incompatibilidade de tempo entre as duas atividades.

Nos municípios, os conselhos autônomos também possuem mandatos de 3 anos e comissões de área, nos mesmo moldes de organização das *Juntas*. Porém, esses conselhos acumulam mais funções administrativas, e são responsáveis por conduzir deliberações a partir da convocação de assembleias municipais, congregando todas as comunidades pertencentes ao

município. Nas comunidades escolhidas como sedes dos municípios se encontram as estruturas físicas, escritórios e casas, que abrigam os conselhos. Um município geralmente é formado por algumas dezenas de comunidades, mas é complicado estabelecer um parâmetro de sua ordenação interna. A explicação mais corrente entre os zapatistas é de que os municípios se formaram por comunidades filiadas a sua estrutura militar, obviamente, a partir da formação inicial dos núcleos de apoio ao movimento no período de clandestinidade, se transformando posteriormente em uma espécie de assentamentos demográficos politicamente federados.

Nesse aspecto, é curioso observar como muitos municípios zapatistas não possuem contiguidade territorial. Além de estarem virtualmente inseridos na área de abrangência de um ou mais municípios oficiais chiapanecos, entre uma comunidade zapatista e outra é provável que se poderá encontrar uma comunidade não zapatista, ou mesmo hostil aos zapatistas<sup>3</sup>. Mais: dentro de uma comunidade zapatista é provável que existam famílias não zapatistas (a maioria delas ex-zapatistas, mas não somente), e mesmo dentro de uma família zapatista, indivíduos não zapatistas. Tal evidência corrobora minha hipótese do modelo de autogoverno zapatista como uma federação de comunidades rebeldes em armas<sup>4</sup>.

Longe de possuir, ou mesmo advogar domínio absoluto sobre a totalidade do território ocupado, os zapatistas defendem rigorosamente um princípio do próprio Emiliano Zapata, evocado durante a Revolução Mexicana de 1911: *a terra é de quem a trabalha*. Assim, não encontram nenhum entrave na presença de não zapatistas em “seus” territórios (ou como se referem: nas “terras recuperadas”) desde que a terra não seja objeto de mercantilização ou negociação com agentes do governo.

As comunidades zapatistas, por sua vez, podem variar entre algumas dezenas até centenas de famílias, em distintas dimensões de faixas de terras. Nelas se concentram todas as dinâmicas da vida doméstica e produtiva. A família camponesa extensa é o núcleo de organização do trabalho no campo. As terras, ocupadas por parcelas familiares, são trabalhadas por parentes. Por outro lado, algumas parcelas de terras são destinadas ao trabalho cooperado e coletivo, cujos produtos geralmente são destinados para a manutenção de determinadas atividades nas comunidades, nos municípios, e mesmo nos *Caracóis*. Portanto, os coletivos de trabalho inter-

---

<sup>3</sup> Foi justamente nesses elementos que o governo mexicano encontrou terreno fértil para a formação de muitos grupos paramilitares, na segunda metade dos anos 1990.

<sup>4</sup> Tema induzido a partir de minha estadia em várias comunidades zapatistas durante o ano de 2008 e que pretendo desenvolver em outra oportunidade.



familiar, organizados politicamente, são instrumentos fundamentais para manutenção da vida social zapatista<sup>5</sup>.

A assembléia comunitária, com a participação aberta de todos (inclusive os mais jovens), é o eixo de organização da vida política e social zapatista. Tudo se decide em assembléia, desde a elaboração de propostas para o plantio em áreas coletivas, o encaminhamento de sugestões e consultas dos municípios ou JBG's, a colonização de faixas de terras por novos indivíduos, a alternância das faixas de terras para descanso ou realocação entre famílias, o uso dos bosques e recursos naturais, propostas de trabalho com a sociedade civil, conflito entre cônjuges, disputas pessoais, organização de festas e atividades religiosas, etc. Algumas questões podem ser encaminhadas para outros fóruns e espaços, quando a comunidade se crê incapaz de solucioná-las (especialmente no que tange a aplicação da justiça, muitas vezes o espaço do município, com a presença de membros de outras comunidades, parece depositário de maior legitimidade e parcialidade). De toda forma, a busca do *consenso* é a chave de operação das assembléias zapatistas, o que significa que geralmente, se uma discussão é delicada, uma assembléia pode correr o curso de dias e semanas, em prolongadas sessões.

As comunidades também possuem suas autoridades internas, delegadas pelas assembléias locais. Os mandatos das autoridades locais, entretando, podem ter validade diferenciada, ainda que revogáveis a qualquer instante. Invariavelmente, por questões de mérito, um veterano de 1994 costuma assumir alguma dessas funções. São elas: o *comissário agrário*, o *agente* e o *responsável*. Os dois primeiros cargos foram apropriados da antiga estrutura *ejidal*, estabelecidos a partir da legislação agrária mexicana de 1917, e muito presente no cotidiano político dos ativistas indígenas que precederam a chegada das FLN em Chiapas, e o último, uma criação destas. Ao *comissário*, cabe encaminhar os procedimentos de resolução dos conflitos agrários e discutir com a comunidade projetos produtivos relacionados a ocupação da terra. O *agente* é o laço da comunidade com as autoridades municipais zapatistas. E o *responsável*, por sua vez, o representante da comunidade diante da “organização”<sup>6</sup>: o EZLN. O *responsável* muitas vezes ocupa algum posto hierárquico diante do corpo de milicianos zapatistas, e é o elo da comunidade com o CCRI da região.

---

<sup>5</sup> Dada a inexistência, ou mesmo o rechaço, de um sistema tributário rebelde, os zapatistas preferem sustentar o que poderíamos chamar por suas “políticas públicas” através dos coletivos de trabalho. A produção originária desse esforço coletivo, ou os recursos adquiridos com a sua venda nos mercados e feiras mais próximos, são utilizados para a aquisição de bens ou o financiamento de suas estruturas educacionais, de saúde, etc.

<sup>6</sup> A “organização”: este é o modo corrente como as comunidades zapatistas se referem ao EZLN.

#### **IV- Considerações finais**

O processo de autonomia regional que os zapatistas começaram a construir com os *Caracóis* está se realizando explicitamente na contra-corrente de qualquer marco legal no México, e sua legitimação está baseada nos conteúdos dos Acordos de San Andrés (firmado em 1996 com o governo mexicano, mas jamais regulamentado desde então) e no apoio constante que a sociedade civil nacional e internacional depositou no EZLN. Este processo implicou em uma curiosa redefinição de sua estratégia de luta, pois ratificou: a via política como caminho; a resistência como sua principal forma de luta, ainda que somente nos últimos anos se consolidou o rechaço total a qualquer negociação com o Estado mexicano; a instauração de governos locais como uma forma de organização social inovadora aplicando, pelas vias de fato, seu projeto de autonomia; e a centralidade da via civil para o impulsionamento de mudanças sociais.

Muito se tem discutido se o zapatismo estaria lançando ou não um novo paradigma que poderia vir a representar uma tendência configurativa dos movimentos sociais do século XXI. John Holloway, por exemplo, popularizou a expressão “mudar o mundo sem tomar o poder” a partir de sua leitura do fenômeno zapatista. Creio que é ponto pacífico que o modelo de revolução do século XX baseado na estratégia dos “dois tempos”, para citar argumento utilizado por Immanuel Wallerstein, em que 1) os subalternos, ou sua vanguarda, edificam uma organização revolucionária para assaltar o poder de Estado, e 2) a partir do controle do aparato estatal, se revoluciona (ou mais bem, se reforma) de cima para baixo toda a sociedade, já não possui atrativo ou apelo mobilizador como outrora. É correto pensar que o EZLN se formou sob essa perspectiva, mas sua prática política e seu discurso pós-1994 o coloca muito em sintonia com a caracterização dada por Holloway. De forma que existem intérpretes do zapatismo que o situam tanto de um lado como de outro desta trincheira. Aliás, isso é o que mais impressiona no zapatismo: sua capacidade de ser apropriado e defendido por indivíduos e organizações dos mais diversos matizes ideológicos dentro da “esquerda”.

Que o zapatismo representa algo de novo no universo das lutas sociais anti-sistêmicas, quanto a isso não resta muita dúvida. Que essa escalada de lutas anti-sistêmicas do século XXI se ampara, mais do que nunca, na oposição frontal a toda forma de dominação e exploração institucionalizadas por uma certa forma de organização da economia e da política, isso também me parece claro. O mais paradoxal, na minha concepção, é que o zapatismo, como movimento nascido

no seio da “luta de libertação nacional”, soube com algum êxito transladar de uma posição onde utilizou-se da luta armada para perseguir fins reformistas (uma nova constituição para o México, a democratização do sistema político, a incorporação das populações indígenas na arquitetura do poder), para uma onde se utilizou de meios aparentemente reformistas (reformulação dos artigos 4 e 27 da constituição mexicana, validação legal dos acordos de San Andres, defesa das autonomias) para conseguir finalidades revolucionárias (o experimento de autogoverno, e todo o seu impacto no debate sobre a democracia no México e no mundo), sem nenhuma defesa dogmática e essencialista por um caminho ou por outro. Nesse sentido, o zapatismo nos inspira a repensar o velho dualismo entre “reforma e revolução” sob outro ângulo, pelo menos naquilo que dizia respeito a uma certa articulação “necessária” e “coerente” (para não dizer canônica) de determinados meios e fins.

## Referências

- ALMEYRA, Guillermo (2003). "Las juntas de buen gobierno zapatistas y la autonomía". *Memoria*. Cemos, n.176, outubro, México.
- BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli (2003). "Las Juntas de Buen Gobierno". *Memoria*. Cemos, n.177, novembro, México
- CASANOVA, Pablo (1969). *La democracia en México*. 3 ed. Ediciones Era, México
- CCRI-CG EZLN (2005). *Sexta Declaración de la selva Lacandona*. Em: <http://www.ezln.org.mx>
- DÍAZ, Carlos Tello (1995). *La rebelión de las cañadas*. 3 ed. Cal y Arena, México.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor (1998). *La rebelión zapatista y la autonomía*. 2ª ed. Siglo XXI, México
- DÍAZ-POLANCO, Héctor (2003). "Juntas de Buen Gobierno ¿una etapa superior de la autonomía?" *Memoria*. Cemos, n.176, outubro, México
- HOLLOWAY, John. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo, Viramundo.
- MIGNOLO, Walter (2003). *Histórias locais/projetos globais*. UFMG, Belo Horizonte
- MONJARDIN, Adriana López e Millán, Dulce María Rebolledo (1999). "Los municipios autónomos zapatistas". *Chiapas*, n. 7, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM-Era, México
- ORNELAS, Raúl (2005). "A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles." Em: CECEÑA, A. *Hegemonias e Emancipações*, CLACSO, Buenos Aires
- SAAVEDRA, Marco Estrada (2007). *La comunidad armada rebelde y el EZLN*. El Colegio de México, México.
- SUBCOMANDANTE MARCOS (2003). *La treceva estela*. Em: <http://www.ezln.org.mx>
- VARESE, Stefano (org) (1996). *Pueblos indios, soberanía y globalismo*. Abya-Yala, Quito
- WALLERSTEIN, Immanuel (2007). *Impensar las ciências sociales*. 5 ed. Siglo XXI, México.